

A escolha profissional no Enem: entre o ideal e as imposições do real

The professional choice in Enem: between the ideal and the actual impositions

Dannilo Jorge Escorcio Halabe¹

Ilzeni Silva Dias²

RESUMO

Estudo realizado sobre a escolha da profissão no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), metodologia que substituiu o vestibular tradicional das Universidades Federais no Brasil desde 2009. Analisa os determinantes sociais, econômicos e políticos que contribuem para a escolha dos jovens ingressantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Analisa a adequação dos projetos de vida dos alunos com a real oportunidade de ingresso na UFMA e os impactos desta escolha profissional na subjetividade de cada um. Em conformidade com a metodologia histórico-dialética, o estudo analisa as transformações econômicas e sociais decorrentes da reestruturação produtiva da década de 1970; examina os reflexos dessas mudanças na legislação educacional brasileira até a criação do ENEM, enquanto metodologia de avaliação do Ensino Médio, e sua reformulação para servir como exame nacional para o ingresso nas Universidades Federais Brasileiras; relaciona-se esta adequação como estratégia do sistema capitalista para reproduzir o antagonismo entre as classes e, por fim, destaca as impressões e o papel do sujeito na escolha de seu futuro profissional diante do ENEM.

Palavras-chave: ENEM. Pedagogia. UFMA.

1 Psicanalista e Professor da Universidade Ceuma e Faculdade Santa Fé. Doutorando em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: halabe@oi.com.br

2 Professora Doutora em Educação do Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Departamento de Educação da UFMA. E-mail: silvadias261@gmail.com.

ABSTRACT

Study performed about the choice of profession at the National High School Exam (ENEM), a methodology that replaces the traditional entrance exam of Federal Universities in Brazil since 2009. It examines the social, economic and political determinants that contribute to the choice of entering young people of the Pedagogy course the Federal University of Maranhão (UFMA). It reviews the adequacy of the life projects of the students with the real entry opportunity to UFMA and the impacts of this career choice in the subjectivity of each. In accordance with the historical and dialectical methodology, the study begins by analyzing the economic and social changes resulting from the restructuring process of the 1970s; it examines the consequences of these changes in the Brazilian educational legislation until the creation of ENEM while assessment methodology of high school, and its reformulation to serve as a national examination for entry to the Federal Brazilian Universities. It is related to this suitability as a strategy of the capitalist system to reproduce the antagonism between classes. Highlights finally, impressions and the role of the subject in choosing their future career front the National High School Exam.

Keywords: ENEM. Pedagogy. UFMA.

Introdução

Marx, em sua análise sobre as relações entre o capital e o trabalho humano, aponta um elemento fundamental desta relação dentro do sistema capitalista, a transformação da força de trabalho em mercadoria. Segundo o Dicionário do Pensamento Social, Marx define o capitalismo como modelo de sociedade produtora de mercadoria, na qual os meios de produção estão sob o domínio da burguesia, restando ao proletariado apenas sua força de trabalho, coisificada, a ser vendida (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

Em cada fase do capitalismo, do seu surgimento até sua configuração atual, percebe-se a mudança de modelos de produção, contudo, sem romper com o paradigma de exploração do trabalho

para a obtenção do mais-valor. As mudanças dos modelos de produção (Taylorismo, Fordismo e Toyotismo) impactaram também no campo escolar, um dos espaços responsáveis por preparar os trabalhadores para adentrar no mercado de trabalho. Nesse sentido, não há dentro desses modelos, espaço para desenvolver a reflexão crítica dos trabalhadores sobre o desenvolvimento de suas atividades, que muitas vezes não foi uma opção e sim uma necessidade, como é o caso da escolha no ENEM.

O Estado desenvolve uma política de meritocracia em relação ao prosseguimento na educação de nível superior, ao apoiar a seleção dos candidatos através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) apresenta apenas uma inter-relação entre educação e trabalho, no sentido de qualificação para ocupar um posto de trabalho. O Decreto-lei 6.096/2007, que instaura o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), corrobora esta política de inclusão do aluno no ensino superior para atender as necessidades do mundo do trabalho, mas sem considerar seu desejo.

A partir deste enfoque, analisamos as relações entre o modo de produção capitalista e o processo de identificação do sujeito com a sua profissão, a partir da análise da nova metodologia (o ENEM, a partir de 2009) que se impõe como um Sistema de Seleção Unificada para o Ensino Superior. Para realizar tal análise, fundamentamos o trabalho no materialismo histórico dialético, obtendo uma extensa pesquisa histórica sobre os determinantes da criação do Enem e realizamos entrevistas com os primeiros alunos do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA a ingressarem pela nova forma de seleção. As entrevistas foram abertas com perguntas semiestruturadas que possibilitassem a expressão dos sentimentos em relação à escolha da profissão neste momento histórico. Dada a peculiaridade do objeto de pesquisa, a escolha profissional neste novo ENEM, dos 45 alunos que haviam iniciado o curso de pedagogia naquele primeiro semestre de 2010, somente 25 permaneciam no curso no momento das entrevistas, sendo realizada 20 delas.

A Reestruturação Produtiva e os Impactos na Legislação Educacional Brasileira

Destacamos a análise de Cunha (2003), quando este aponta alguns elementos presentes no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que remetem à submissão do Estado às políticas de organismos internacionais.

O presidente FHC, em seu primeiro mandato, teve a proposta educacional de seu governo formatada pelo economista Paulo Renato Souza, nomeado ministro da educação, além de atuar como técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta situação ilustra bem a nítida adoção pelo governo brasileiro das medidas elaboradas pelos países centrais, com o intuito de fortalecer o capitalismo no país e garantir o pagamento da dívida externa. O autor destaca o papel do sistema educacional neste contexto, assinalando:

A característica mais marcante da educação como meta prioritária da proposta é o destaque para o papel econômico da educação, como “base do novo estilo de desenvolvimento”, cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população. Para se conseguir isso, a proposta afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. A proposta referia-se negativamente à rede federal de ensino superior, que “precisaria ser revista”, silenciando-se quanto ao conjunto do ensino privado, que é majoritário e, inegavelmente, de qualidade bem inferior (CUNHA, 2003, p.38-39).

As mudanças de ordem econômica, social e política, ocasionadas pela substituição dos modelos de produção Taylorista e Fordista pelo de acumulação flexível (Toyotista) nos Estados Unidos, como resposta, dentre outros fatores, à crise de superprodução e ao descontentamento

dos operários com as jornadas de trabalho, resultaram num endividamento dos países capitalistas periféricos, como o Brasil. Tal endividamento traz consigo também uma série de medidas políticas elaboradas pelos organismos internacionais, que estão sob o controle das economias centrais, para o desenvolvimento do país e conseguinte pagamento da dívida.

Estas medidas são sentidas diretamente na educação, por ser esta responsável pela adequação da mão de obra a este novo modelo, principalmente a de nível superior, cuja competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico. Mas, para isso, é necessário, como veremos a seguir, reformulem-se as propostas das Universidades Federais Públicas Brasileiras, com a adoção do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Decreto nº 6.096/2007.

Assim, o REUNI abre condições para a adoção do ENEM pelas universidades brasileiras com a justificativa de promover a democratização das vagas, ao constatar que [...] “há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional, além de tudo submetida a um sistema de seleção pontual e socialmente excludente para ingresso na graduação” (BRASIL, 2007, p.10).

Diante desse fato, analisamos os impactos da política adotada por FHC (1994-2002) e mais recentemente pelo governo Lula (2003-2010) na educação, como resultados de um contexto histórico derivado da reestruturação produtiva.

Nesse sentido, Kuenzer (2002, p. 82) nos faz observar que, a partir da Reestruturação Produtiva, o trabalho pedagógico serve, exclusivamente, para disciplinar o trabalhador, inserindo-o no mundo do trabalho com o perfil profissional desejado pelo modo de produção. Dessa forma, o papel da escola, dos professores e dos conteúdos ministrados é preparar os homens para a inserção no mundo do trabalho como trabalhadores flexíveis, polivalentes e mais disciplinados.

Ademais, Kuenzer (2002) analisa esta questão a partir das categorias de exclusão incluyente e inclusão excludente, um fenômeno que esclarece como se relaciona, neste momento de

mudança do modelo de produção, a mediação entre a escola e o mundo do trabalho.

As estratégias utilizadas que se configuram em uma exclusão includente buscam excluir o trabalhador do mundo do trabalho formal (com seus direitos definidos em lei), para incluí-lo no mundo do trabalho a partir de condições precárias (jornadas flexíveis, salários menores, maior carga de trabalho e execução de várias tarefas), recebendo apenas um salário compatível com a execução de apenas uma delas. Projeto que se enquadra na ampliação do exército industrial de reserva, que Marx teorizou como elemento do sistema capitalista que pressiona os trabalhadores “formais” a se manterem submissos a exploração do mais-valor (KUENZER, 2002).

Por sua vez, a *inclusão excludente* cria estratégias para formar, na escola, homens e mulheres incapazes de uma consciência crítica para lutar contra as vicissitudes impostas pela exploração do capital, ou seja, “[...] na linguagem toyotista, [formar] homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência [...]” (KUENZER, 2002, p. 92).

Percebemos que essas formas de inclusão e exclusão, ocorridas na escola e fora dela, têm um papel importante na preparação do trabalhador necessário ao modelo toyotista, “[...] fornecendo aos clientes – o capital – a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida de suas necessidades, como reza a cartilha do toyotismo” (KUENZER, 2002, p. 93).

Na legalização deste projeto capitalista na educação, analisamos que a organização da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, traz consigo elementos que formariam em 1998 o ENEM, com o intuito de avaliar o Ensino Médio e, posteriormente, sua reformulação como seletivo nacional em 2009.

Portanto, analisar toda esta conjuntura se torna necessário, para entendermos quem decide os rumos da Educação Nacional e onde se insere o Projeto do ENEM nesta estrutura. Vemos um primeiro elemento deste processo na elaboração de um Exame Nacional do Ensino Superior, o famoso “provão” do Ensino Superior, instaurado pela mesma Lei em 1995 (BRASIL, 1995).

Saviani (1999) aponta que os primeiros resultados obtidos pelo exame, em 1996, mostraram a precariedade das redes de ensino superior privado e surpreenderam o Ministério da Educação (MEC), que até então buscava justificar a redução nos investimentos da Rede Pública de Ensino Superior.

Para as instituições de ensino superior (IES) privadas, o exame serviu para o reordenamento de seus currículos, focando obter uma boa nota em detrimento da preparação dos alunos para o exercício da profissão. Este tipo de metodologia adotada pelas IES privadas escancara seu funcionamento como empresa. A este respeito Saviani (1999) comenta:

De outro lado, esse dispositivo revela o clima hoje predominante em que tudo tende a ser aferido pela referência ao mercado entendido como o campo próprio da iniciativa privada que busca invariavelmente o lucro, sendo ao mesmo tempo, um indicador da evidente subordinação da atual política educacional a esse clima (SAVIANI, 1999, p.14).

Vemos que o Estado, na adoção destas leis da educação, mostra-se protecionista no que diz respeito aos interesses dos grupos que mantêm investimentos na rede privada de ensino. Esta medida nos faz conjecturar que continua a existir no Brasil, o Estado intervencionista e protecionista em relação aos interesses de grupos que compõe sua estrutura, como vimos anteriormente.

Assim, temos a ampliação da rede de ensino médio profissionalizante no país e a ampliação das vagas no ensino superior nas redes privadas e públicas. Esta última decorrente da proposta do REUNI, centrada em um projeto de formação que se espelha no funcionamento de uma empresa. A universidade é avaliada a partir de dados quantitativos que expressam e ranqueiam as universidades pelo número de ingressantes, a relação professor/aluno (18/1) e a taxa média de conclusão dos cursos de graduação, que deve manter-se superior a 90% segundo as diretrizes do REUNI - Decreto nº 6.096/2007.

A adesão ao REUNI, em 2008 (primeira chamada), implicou para as Universidades Federais a adoção do ENEM como forma prioritária de

ingresso nas instituições. Ao analisarmos as Diretrizes do REUNI (2007), documento que dentre outros aspectos critica a atual forma de seleção para as Universidades Federais – o vestibular tradicional –, deparamo-nos com aspectos negativos de sua adoção, os quais, na elaboração do novo ENEM tentar-se-á superar. Pois, segundo as Diretrizes,

[...] Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional, além de tudo submetida a um sistema de seleção pontual e socialmente excludente para ingresso na graduação. Muito cedo, os jovens são obrigados a tomar uma decisão de carreira profissional de nível universitário. De outra parte, a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber, coloca o país em risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada dia mais globalizado e inter-relacionado (BRASIL, 2007, p.7).

Importante frisarmos o reconhecimento da precocidade da escolha profissional, em que o aluno do terceiro ano do ensino médio necessita escolher uma das áreas específicas de conhecimento, o que acarreta um alto índice de evasão durante os cursos de graduação.

No documento citado acima, vemos a indicação de que é da “atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica” a responsabilidade de reforçar a precocidade da escolha da profissão. O documento se refere ao ensino superior e seu sistema de seleção, que com a compartimentação das áreas de saber forma um sistema rígido em que estas áreas possuem pouca interação entre si, diferente do sistema adotado por universidades estrangeiras.

Através da análise das Diretrizes do REUNI, temos que seu objetivo geral é:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007, p.10).

Em conformidade com este objetivo, estipulado pelo REUNI, no contexto da Universidade Federal do Maranhão, o Plano de Metas 2010 da UFMA traz a ampliação das vagas em instituições federais, assim como de políticas de assistência estudantil direcionadas para o cumprimento da taxa de conclusão dos cursos de graduação. No entanto, no referido documento a Universidade não faz nenhuma menção a programas que promovam interação com a comunidade, tendo como objetivo apresentar aos futuros universitários os cursos de graduação e os projetos desenvolvidos pela UFMA.

Segundo o Jornal da Universidade, como resultado do REUNI, na UFMA, temos o maior investimento na oferta de vagas e a gradativa redução do número de vagas ociosas, quando expressa:

O Reuni tem como objetivo expandir, de forma significativa, as vagas para estudantes de graduação no sistema federal de ensino superior. Em todo o país, praticamente 80% das universidades já aderiram ao Programa. [...] Após a adesão da UFMA à proposta do Reuni, a PROEN concentra suas ações para efetivar as estratégias estabelecidas pelo Programa. Uma delas é o Processo Seletivo de Vagas Ociosas, que visa preencher as vagas ociosas, decorrentes dos processos seletivos de ingresso e da movimentação acadêmica, por meio de transferência interna, transferência externa e matrícula de graduado (JORNAL DA UFMA, 2009, p.4).

Para concluir este objetivo de utilizar a “capacidade máxima” de acesso e permanência de alunos da graduação no Campus, a UFMA teve que adotar o ENEM por dois principais motivos: o primeiro relaciona-se com a nova forma de ingresso que permite à universidade preencher todas as vagas e, mediante desistências dos alunos, recorrer a listas de excedentes até completar tais vagas; o segundo motivo foi o alto investimento do governo brasileiro nas universidades federais que aderiram ao REUNI e conseqüentemente ao ENEM. Este último elemento é ressaltado em outro artigo do mesmo periódico:

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), assinado pelo reitor Natalino Salgado em março de 2008, investirá, até

2012, R\$ 121 milhões na Universidade Federal do Maranhão. [...] Com a implementação de novas políticas de democratização do acesso ao ensino superior, a UFMA optou pela realização anual do Processo Seletivo Vestibular, a partir de 2009, selecionando candidatos para o ingresso nos cursos de graduação no 1º e no 2º semestre letivo (JORNAL DA UFMA, 2009, p.4).

A quantidade das verbas que o governo federal investiu nas Universidades Federais explica como o Estado conseguiu pressionar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para adotar o ENEM, mesmo havendo uma relativa perda da autonomia destas no modo de seleção de seus alunos.

Contudo, até este ponto do trabalho de pesquisa, não discordamos da adoção do ENEM, muito menos discordamos de que a Universidade busque conseguir maior investimento. O que este trabalho vem questionar é um dos elementos que compõe o ENEM, o Sistema de Seleção Unificado (SISU). Concordamos com a síntese que o Pró-Reitor de Ensino Aldir Carvalho Filho, em 2009, apresentou em entrevista ao Jornal da UFMA, sobre a adoção do ENEM, ao dizer que “O papel da universidade pública não é captar talentos, é oferecer vagas. Ela tem que deixar o aluno excelente na saída, não na entrada”. Entretanto é necessário relativizar este discurso, pois a UFMA, apesar da centralidade em seu papel de Instituição de Ensino, não pode deixar de analisar e intervir no modo de seleção dos alunos.

Para compreendermos quais as principais mudanças do novo ENEM, partimos para a análise das concepções dos órgãos que estão diretamente envolvidos com a proposta do seletivo nacional.

Em 2009, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, do governo Lula, fez uma proposta de unificar os vestibulares das Universidades Federais brasileiras através do novo ENEM. Em rede nacional, o Ministro fez um pronunciamento sobre o novo ENEM, explicitando:

A partir de hoje, estão abertas as inscrições do ENEM, o Exame Nacional do Ensino Médio. Todos já conhecem o ENEM, a porta de entrada do PROUNI, o programa de bolsas do Governo Federal que atende mais de meio milhão de estudantes. Queremos ir além. Realizar o sonho acalentado por várias gera-

ções de estudantes e mudar o processo de seleção para as universidades, substituindo o velho vestibular. Você sabe que pelo processo tradicional, o estudante era obrigado a se inscrever em diversos vestibulares, cada um com um modelo específico, arcar com várias taxas de inscrição e deslocar-se pelo país, o que era estressante e pouco democrático. Agora isso vai mudar. Para que os institutos federais e as universidades públicas abandonassem o vestibular tradicional, mudamos o ENEM, mantendo as suas características essenciais. O exame continuará medindo as competências e habilidades do estudante do ensino médio, acabando com a cultura da decoreba, das fórmulas prontas e estimulando a capacidade de raciocínio. [...] Agora um aviso. Os estudantes que se prepararam para o vestibular tradicional não precisam se preocupar. Você que está preparado para o vestibular está preparado para o novo ENEM. E quem estava pronto para o velho ENEM também está para o novo Enem. Das 55 universidades federais em todo o país, pelo menos 42 vão utilizar o novo ENEM de alguma forma para selecionar seus alunos. Outra novidade. Cada aluno poderá com sua nota pleitear uma vaga em qualquer das universidades ou dos institutos federais, que participam do processo, independente do local do seu domicílio. [...] O objetivo do Ministério da Educação é melhorar o aprendizado dos estudantes do ensino médio e assegurar mais equilíbrio para todos no acesso ao ensino superior (HADADD, 2009).

Podemos perceber a ênfase dada pelo Ministro Fernando Haddad à democratização do processo de seleção para as Universidades e Institutos Federais, mas só compreenderemos melhor este fator ao analisarmos os documentos oficiais que fundam a proposta do novo ENEM.

“Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica”. Assim começa a descrição do processo de Avaliação do ENEM em sua plataforma virtual, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (BRASIL, 2009), e continua relacionando-o a uma manifestação da democracia na Educação. Entretanto, ao analisarmos o documento encaminhado

aos reitores das IFES encontramos concepções que mascaram alguns elementos da realidade social, que, na visão deste estudo, é marcada por luta de classes.

A proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação, traz, logo de início, as principais razões da adoção do ENEM, dentro de uma análise do cenário atual da Educação na Sociedade Brasileira.

Os exames de seleção para ingresso no ensino superior no Brasil (os vestibulares) são um instrumento de estabelecimento de mérito, para definição daqueles que terão direito a um recurso não disponível para todos (uma vaga específica em determinado curso superior). O reconhecimento, por parte da sociedade, de que os vestibulares são necessários, honestos, justos, imparciais e que diferenciam estudantes que apresentam conhecimentos, saberes, competências e habilidades consideradas importantes é a fonte de sua legitimidade (BRASIL, 2009).

A primeira concepção em que se baseia a Proposta demonstra pautar-se na ótica individualista do liberalismo, inerente ao sistema capitalista, que entra em contradição com os lemas apresentados pelo Ministério da Educação, quando este defende uma “educação para todos”, e muitas vezes assim batizam os seus projetos. Parte também da premissa de que a seleção é um processo justo e imparcial, o que é contraditório, pois não considera as diferenças da rede de ensino da Educação Básica, oferecida nas escolas públicas e privadas em nosso país, colocando-as em um mesmo patamar.

O documento despreza também a condição em que vivem os sujeitos e induz à ideologia de que é necessário o Aparelho Ideológico Escolar³ funcionar assim, ou seja, chegando ao ponto de não poder absorver a demanda de estudantes e ter que criar uma seleção bem rigorosa, como coloca a Proposta do INEP/MEC: “Tendo por base a finalidade de seleção que o Enem assumirá e uma expectativa de candidatos extremamente preparados, é fundamental que o

3 Consultar a teoria de Louis Althusser (1998).

delineamento dos testes comporte um número razoável de itens de alta complexidade” (BRASIL, 2009).

O documento continua, após legitimar a necessidade do vestibular e ressaltar seu grande apoio popular, com os ganhos democráticos pela adoção do ENEM. “O que se quer discutir são os potenciais ganhos de um processo unificado de seleção, e a possibilidade concreta de que essa nova prova única acene para a reestruturação de currículos no ensino médio” (BRASIL, 2009).

Sob o aspecto do currículo, a Proposta do ENEM ignora o papel atribuído pelas escolas ao vestibular tradicional na estruturação do currículo e apenas comenta: “Outra característica do vestibular tradicional, ainda que involuntária, é a maneira como ele acaba por orientar o currículo do ensino médio.” A partir deste elemento, a ser analisado na perspectiva do currículo oculto, percebe-se a intenção de legitimar o novo Exame Nacional do Ensino Médio como um instrumento que acabaria com este direcionamento dado pelas escolas. Porém, de fato isto não ocorre: as escolas privadas de Ensino Médio continuam privilegiando o exame de seleção das universidades públicas em seu currículo.

A outra parte da Proposta do ENEM consiste em ressaltar a “Democratização das oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior” que supera a descentralização dos processos seletivos – fator que limita o pleito e favorece candidatos com maior poder aquisitivo. A solução seria a adoção do ENEM que traz consigo a “unificação da seleção às vagas das IFES por meio de uma única prova. A racionalização da disputa por essas vagas, de forma a democratizar a participação nos processos de seleção para vagas em diferentes regiões do país” (BRASIL, 2009).

Analisando a proposta do ENEM, essa centralização da Seleção para o Ensino Superior só beneficiará os alunos de classe média alta e da classe alta. Isso porque, mesmo antes da unificação, apenas estas duas camadas sociais tinham recursos de viajar pelo país, prestando vestibular para as universidades públicas e agora só precisam fazer uma prova válida para todo o território nacional. Aqueles que estão na classe média baixa ou são considerados pobres, dificilmente tinham condições

de sair de sua cidade para prestar vestibular e muito menos condições para residir em outras cidades para cursar uma graduação.

A atual conjectura do ENEM mostra que os alunos com condições financeiras de residir em qualquer lugar do Brasil para fazer sua graduação terão uma facilidade neste novo sistema, já que agora só precisam se preparar para uma prova de seleção nacional. Já os alunos que disputam as vagas apenas das IFES de sua cidade terão que se acostumar com a disputa com pessoas de todo o país.

O ENEM, adotado pela UFMA, utiliza o SISU com o objetivo de preencher todas as vagas da Universidade, sem levar em conta a identificação do aluno com o curso, julgado apenas de forma meritocrática através da constituição de um *ranking* com a pontuação final. A nota final do aluno constitui-se da média aritmética dos acertos das provas objetivas das Matrizes Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, além da Redação. Após as provas, eles se enquadram nas vagas que suas notas finais lhe permitem acessar.

Nesta pesquisa sobre Escolha Profissional, entendemos que com a adoção do ENEM e a carência na área de orientação profissional para os alunos do Ensino Médio, principalmente das escolas públicas, esta metodologia tem favorecido o seu ingresso em cursos da UFMA que não atendem suas necessidades subjetivas. Ressaltamos que este fator leva muitas vezes ao abandono do curso, por não haver identificação por parte deles com a área de atuação profissional. Esta visão aparece em muitos momentos nos relatos dos alunos de pedagogia entrevistados nesta pesquisa:

O SISU proporciona a escolha não do curso que você se identifica e realmente gostaria de fazer, mas sim do curso e lugar que dá para você fazer. Dessa forma ele abre uma competição desigual entre os estados e proporciona uma futura grande evasão nos cursos. Acho que não seria justo e nem necessária essa opção de mudança de curso no decorrer da inscrição e muito menos de escolha de curso em outros estados (ENTREVISTADO 01).

Quando trabalhamos com o conceito de identificação, buscamos utilizá-lo na perspectiva psicanalítica, para demarcar a centralidade

do desejo desse sujeito em realizar-se em determinada direção. O pensamento psicanalítico nos fundamenta que é necessário pensar este sujeito, que está diante da escolha da sua profissão, como alguém buscando não somente um espaço na sociedade, mas satisfazer-se naquilo que busca realizar ao escolher uma profissão, por exemplo. Então essa escolha não deve ser por acaso, podendo acarretar em insatisfações e decorrentes psicopatologias do trabalho.

Neste momento, podemos situar, preliminarmente, alguns elementos que apresentam sua materialidade nas salas de aula da UFMA das primeiras turmas que ingressaram através do Enem (BRASIL, 2009) para o curso de Pedagogia. Devido à nova metodologia de acesso trazida pelo ENEM, temos visto os sujeitos “jogarem” com suas notas no SISU, querendo ingressar na UFMA de qualquer jeito.

O resultado de uma pesquisa com os alunos de Pedagogia sobre a escolha deste curso revela que estes, em primeira opção, haviam se decidido por outras áreas, mas, devido a suas pontuações no ENEM, escolheram o atual curso mencionado para poderem ingressar logo na universidade.

A área de educação sempre me interessou e como a pontuação do ENEM não dava para as primeiras opções (ENTREVISTADO 14).

A nota, que não deu para entrar em serviço social. Mas tinha também amigos que faziam o curso e falavam bem (ENTREVISTADO 10).

Os resultados do ENEM observados na UFMA mostram que os cursos, como o de Pedagogia da UFMA, possuem agora os alunos com alto nível de proficiência dentro da perspectiva apontada na Proposta do Exame Nacional: “Espera-se, assim, que a reestruturação do ENEM atenda plenamente à demanda das IFES por um instrumento de alto poder preditivo de desempenho futuro, capaz de diferenciar estudantes em diferentes níveis de proficiência” (BRASIL, 2009). Porém, algo saiu errado, já que os alunos não estão “motivados” para utilizar os conceitos da administração que bem cabem ao modelo de universidade-empresa criado pelo REUNI.

Nossa análise salienta um elemento que impacta, negativamente, no que se refere ao aspecto da Escolha da Profissão no ENEM: a falta de orientação profissional nas escolas de Ensino Médio, em especial nas escolas públicas. Na nossa perspectiva, a falta deste elemento contribui para a desmotivação dos estudantes nos cursos escolhidos.

Sabemos que a escola capitalista tem um fim capitalista de ser, pois precisa reproduzir o sistema do qual faz parte, socializando neste contexto as gerações mais jovens através da imposição da cultura e de valores essenciais para manter esta sociedade.

A Escolha Profissional no ENEM: entre o Ideal e as Imposições do Real

Neste estudo sobre a escolha profissional de nível superior discorreremos acerca das mudanças tecnológicas ocorridas no sistema capitalista, tendo como recorte histórico a crise de 1970, que resultou na adoção do modelo toyotista de acumulação flexível.

Harry Braveman (1987, p.167) analisa, no modelo de produção anterior, o desenvolvimento da maquinaria (trabalho passado ou morto) e os impactos desta para os trabalhadores. O autor aponta a tentativa dos capitalistas de manterem o controle do processo de trabalho sobre a massa de homens, ou seja, se verem livre da dependência do trabalho vivo. Entretanto, com a mudança no paradigma produtivo, o sistema passou a demandar um novo tipo de trabalhador, mais qualificado do que o “trabalhador-massa” dos modelos taylorista e fordista, explorado em trabalhos manuais repetitivos.

Os capitalistas perceberam, com a reestruturação produtiva, que é mais lucrativo, em termos de exploração de mais-valia, acatar as reivindicações dos trabalhadores por atividades mais elaboradas, já que assim estes demonstraram ser mais produtivos. O modelo de produção toyotista não promoveu alterações na divisão do trabalho, ao contrário, reforçou a necessidade de um Sistema de Ensino que conduzisse à criação de diversos especialistas dentre os novos trabalhadores.

A lógica do modo de produção capitalista é retirar do trabalho sua natureza propriamente humana, tal qual nos apresenta Engels no ensaio “Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”:

A influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui, no que se refere aos animais, um fato acidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão (ENGELS, 2004, p. 26).

Esta perspectiva humana e humanizadora, que o trabalho assume, na acepção marxista, são reduzidas e alienadas no modo de produção capitalista, com o intuito de se garantir maior produtividade e, assim, maior lucro para o capitalista, conforme o Dicionário do Pensamento Social (1996):

O trabalho, de acordo com a perspectiva marxista, está subordinado ao propósito de reproduzir e expandir o domínio material e político da classe capitalista. A massa da população está separada dos meios de produção e subsistência e, por conseguinte, é compelida a ingressar no trabalho assalariado a fim de sobreviver. Através do sistema de trabalho assalariado, os trabalhadores estão submetidos à exploração sistemática: os salários são adiantados para capacidades humanas e não para alguma quantidade determinada de trabalho realizado. Dentro do processo de produção, eles são encorajados e ardilosamente induzidos a trabalhar por certo período de tempo e com certo nível de intensidade, de modo a assegurar que o valor com que contribuem exceda o valor de seus salários. A diferença, a mais-valia, forma a base do lucro capitalista (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.773).

A exploração do mais-valor é o motor do modo de produção capitalista. Para ser assegurada a reprodução da força de trabalho (imprescindível ao sistema), são necessários o salário (componente material) e o suporte de um Sistema Educacional voltado para a formação de novos trabalhadores nos moldes exigidos pelo mundo do trabalho. Já explicitamos qual o papel da educação neste contexto, deixando bem claro que se trata de uma educação voltada para o capital. Neste sentido, quando tratamos da escolha profissional dos alunos do ensino médio que buscam, através do ENEM, uma vaga nas IFES públicas, temos que

questionar qual tipo de educação é oferecida, quais tipos de trabalhos existem em seu contexto social e, por conseguinte, qual tipo de escolha profissional será possível dentro da atual conjuntura.

István Mészáros (2008), em seu livro “A Educação Para Além do Capital”, analisa as visões liberais e utópico-liberais sobre a educação e classifica que, para o capitalismo, esta é apenas mais uma mercadoria. E o sujeito é tratado como mais um agente do sistema em termos de reprodução.

Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis ao sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno (MÉSZÁRIOS, 2008, p.44).

Na perspectiva do autor, a lógica do capital é utilizar-se da educação, através da formação dos sujeitos, para garantir a reprodução do modo de produção. Esta seria garantida tão logo o sujeito internalizasse a cultura arbitrária imposta de modo velado pela classe que detém o Poder do Estado.

Neste contexto, qual o papel do Exame Nacional do Ensino Médio? Podia-se pensar que o ENEM, através de uma análise superficial dos dados largamente divulgados pelo MEC, realmente é uma estratégia que equaciona as desigualdades geradas pela pouca oferta de vagas para o ensino superior. Vemos isso, ao analisarmos a ampliação das vagas das IFES e a busca, através do SISU, em garantir um alto índice de ocupação das vagas ofertadas. Corrobora com este dado o fato do ENEM ser a porta de entrada do PROUNI, o Programa Universidade para Todos, criado desde 2004, no qual o Governo Brasileiro, ao invés de investir nas Universidades Federais, compra vagas nas IES Privadas, concedendo sob forma de bolsas de 100% (para estudantes renda familiar média de um salário mínimo) e 50% (para estudantes com renda familiar média de três salários mínimos). Sobre o PROUNI, o MEC assim dispõe:

[...] o Programa Universidade para Todos, somado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens à educação superior (BRASIL, PROUNI, 2011).

Ao analisarmos a questão da Escolha Profissional, levando em consideração todos os elementos já discutidos neste trabalho, percebemos a verdadeira proposta do ENEM/SISU. Lembremos que o Sistema de Seleção Unificado, implantado em 2009 com a reestruturação do ENEM, trouxe a possibilidade de se utilizar a capacidade máxima das IFES, mas também unificou em um processo a seleção para os Institutos Federais e para as vagas nas Instituições Privadas de Ensino Superior. O SISU contribuiu, imensamente, para o processo de inclusão no Ensino Superior, mas de uma forma pior do que a exclusão, uma *inclusão perversa*, nos dizerem de Ana Bock⁴.

A autora fez um relato de sua experiência sobre como ocorre a inclusão dos jovens da classe baixa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, uma instituição privada onde, anteriormente, apenas a classe alta tinha condições de frequentar. Eles são, facilmente, identificáveis dentre os outros alunos e atormentados pelo apelido “PROUNI”, formando um grupo separado de “PROUNI’s”.

Para estes PROUNI’s, a escolha da profissão de ensino superior está delegada à instituição e ao MEC, pois eles estabelecem as vagas e o percentual da bolsa de cada curso, muitas vezes deparam com a possibilidade de escolha entre cursos que não tem identificação, mas para fazer o curso superior acabam se submetendo.

Para os alunos de classe baixa ou média que conseguem vagas nas IFES, muitas vezes estes se encontram na mesma situação, ou por não terem analisado todas as possibilidades (falha no planejamento de

4 A autora não tem um texto sobre o ENEM, mas em ocasião do II Encontro de Psicologia na Construção da Educação Inclusiva: Direitos Humanos na Escola, realizado pelo 11º Conselho Regional de Psicologia – Seção Maranhão, ao tratar da inclusão/exclusão promovida pela escola, tivemos a oportunidade de questionar sobre esta mesma lógica no contextual atual do ENEM/SISU.

vida) ou por sua nota no exame lhe possibilitar apenas se inserir em um curso com o qual não se identifica. Os alunos de classe alta, convictos que a graduação fará parte de seu currículo, seja nas IFES ou em instituições privadas, entrar na universidade pública é sinônimo de mérito a ser recompensado com outros bens de consumo (carro, apartamento e etc.). Nesse sentido, como aponta Bock, para conseguir uma vaga nas IFES, qualquer curso serve e assim, em todos os casos, independente da camada social a escolha consciente da profissão fica relegada a segundo plano.

Ao analisar esta grande inserção de filhos de proletários no ensino superior, lembramos que no conflito entre as classes antagônicas, presentes na atual conjuntura do sistema capitalista, quando uma delas ganha em algum aspecto a outra têm, necessariamente, que perder, dado que seus interesses são inconciliáveis.

Percebemos, então, que não se trata apenas de uma coincidência, mas é uma orientação do capitalismo, deste período em que vivemos, que os jovens adentrem ao Ensino Superior, mesmo que não haja identificação com a área a ser estudada. A partir deste elemento, podemos pensar que uma das estratégias do capital no Brasil é aumentar o número de graduados, submetendo-os à lógica neoliberal do mundo do trabalho e, assim, aumentando a pressão sobre aqueles que ocupam postos de trabalho. Este movimento do capital, de manter um exército industrial de reserva, já fora extensamente discutido por Marx como um elemento sempre presente na dinâmica de funcionamento do modo de produção vigente.

No Brasil, o efeito desta elevação de graduados nas forças produtivas, esperando adentrar no mundo do trabalho, acaba por criar a possibilidade para os capitalistas de incluir, de forma perversa, em suas empresas, estes trabalhadores. A inclusão perversa se processa no momento em que o trabalhador aceita ser explorado num subemprego – sem registro e, assim, sem poder desfrutar de alguns benefícios, historicamente, defendidos pelos trabalhadores.

Quanto aos filhos de burgueses, percebemos que o seu projeto de vida não termina na graduação, continuam a se desenvolver em especializações que os diferenciam da grande massa de graduados

incitada neste contexto. Percebe-se que são poucas as políticas de estímulo à pós-graduação no Brasil, setor reservado para quem pode arcar. E, além disso, muitas vezes seu lugar na direção dos meios de produção já está garantido.

Outro ponto de destaque das repercussões da superlotação de graduados no mundo do trabalho é a ideologia imbuída de poderem participar da pequena burguesia, um grupo de proletário com renda superior aos demais, mas que não são proprietários dos meios de produção. Para eles, o capital reserva o lugar de grandes consumidores de produtos que criam uma ilusória situação de ostentação, reforçando, assim, as esperanças dos membros da camada mais baixa de melhorarem de situação.

Após as diversas análises que tecemos nesta pesquisa para demonstrar os fatores que influenciam a escolha da profissão, recorreremos novamente aos dados da entrevista, de onde se destaca um discurso de um entrevistado que tenta sintetizar as relações de força que lhe são visíveis no ENEM:

O Enem, pra mim, restringiu ainda mais os estudantes oriundos das camadas mais baixas de nossa sociedade, pois sua nova metodologia, não alcança de modo significativo as escolas de modo geral, pois as mesmas, em sua grande maioria, ainda estão embasadas por teorias ou teóricos que não alcançam as demandas de nosso mundo moderno que de todo modo, para alcançarem seus objetivos, estão em constantes transformações. Para mim, o exame não atende às nossas necessidades, pois nossas escolas vivem em um constante atraso e déficit, que perpassam por todos os níveis de ensino básico em suas diversas categorias, no que diz respeito à má formação de professores, ao condicionamento dos espaços físicos, às políticas educacionais que muitas das vezes são oriundas de nosso governo, que em sua grande maioria vem com o intuito de obedecer as diretrizes dos organismos multilaterais, onde visam de maneira absurda o lucro, o poder e em consequência a alienação da massa. O Enem, para mim, é o exame que é proveniente desses organismos e que, de forma dissimulada, mascara seus reais objetivos. Uma prova diletante e que não mostra e nem prova que possui capacidade de selecionar alunos para o ensino supe-

rior, pois não traz elementos que avaliam o aluno em sua totalidade, nem muito menos os conteúdos, que são apreendidos pelo mesmo em toda sua vida escolar (ENTREVISTADO 06).

Analisando este emaranhado de relações que o entrevistado tenta sintetizar, apontamos para o fato de o capitalismo trabalhar para encobrir as contradições existentes, para que estas não possam ser compreendidas pelos sujeitos em formação, mas podemos perceber o “rastros” que elas deixam no campo psíquico. Este sentimento de inquietação que o entrevistado demonstra e que pode expressar com a convicção de que “[...] o exame [ENEM] não atende às nossas necessidades [...]”.

Como seletivo para ingresso no ensino superior, o SISU mostra-se de forma deficitária. Por basear-se em inscrições, exclusivamente, pela internet, uma forma virtual de comunicação e interação, pouco contribui para uma real identificação com a seriedade do processo de escolha de uma profissão, tratando “a entrada na universidade como um jogo”, como afirma a décima quarta entrevistada. Outra entrevistada expõe de forma mais contundente a sua avaliação sobre o SISU:

Avalio de forma negativa, porque muitas vezes sua nota não dá para o curso que você quer, mas a nota serve pra entrar na universidade e muitos entram no curso em que a nota deu para entrar. Pensando em conciliar o curso com um cursinho para que tentem, no próximo ano, o curso realmente desejado. Só que quando você entra em qualquer que seja o curso, até mesmo pedagogia que muita gente pensa que não se estuda, vai exigir muito de você e, a partir daí, as possibilidades do que pode acontecer são muitas, como abandono do curso ou do cursinho, fazer só a metade das disciplinas por período, demorando mais tempo para sair da universidade, se formar no curso que a nota “deu” para entrar e tornar-se um profissional frustrado, fazer até o quinto período falando mal do curso que está cursando entre outras que não vale apenas serem citadas (ENTREVISTADA 02).

Considerações Finais

Todas as análises que realizamos nesta pesquisa apontam para o SISU como principal fator que contribui para a precarização das graduações, das instituições de ensino superior e dos próprios alunos enquanto futuros profissionais.

Contudo, cabe a nós pensarmos também na responsabilidade do sujeito perante esta situação. Não podemos afirmar que o SISU impõe uma inserção precária ao ensino superior, mas apenas contribui, já que este é o planejamento do AIE Escolar que elucidamos nesta pesquisa. Esta forma de seleção abre espaço para o sujeito escolher em conformidade com seu desejo ou ser conduzido a uma pseudoescolha por pressões do mundo do trabalho e seu meio social. Porque, por mais difícil que seja, quando no ENEM, o real (nota no exame) impõe um limite à satisfação da escolha do curso pretendido, o sujeito pode optar por não ingressar de qualquer modo (inclusão excludente) na universidade, mas terá que arcar com as responsabilidades de sua escolha.

Concordamos com Mészáros (2008), quando diz que a educação, dentro do capitalismo, apenas serve para reforçar o poder do capital, sendo que a educação só poderá ser livre numa perspectiva para além do capital. Neste sentido, de uma impossibilidade de dentro do capitalismo da educação e a escolha profissional serem realmente livre e construída de forma consciente pelo sujeito em formação nos perguntamos: cabe ao sujeito apenas deprimir-se diante do contexto atual?

Dentro de uma perspectiva conformista, não haveria possibilidade de mudar este quadro e, assim, reforça-se a sujeição ao sistema. No entanto, a disciplina marxista nos ensina que a realidade é fruto de um devir histórico e as situações não são estanques ou eternizadas. As mesmas forças históricas que compuseram a ascensão do sistema capitalista conspiram a sua derrocada. Entretanto, Marx também aponta que não há possibilidade disso se realizar sem a efetiva participação da classe proletária, que mais sofre com o domínio da burguesia.

Nesse sentido, apontamos que, neste contexto, o papel do sujeito em formação, ou os novos trabalhadores, é o de não deixar

serem colocados como idiota, no sentido grego do termo⁵, que nomeia as pessoas que acreditam que a política não tem nenhuma ligação com suas vidas e por isso se excluem desta discussão.

Os professores e outros intelectuais têm como papel decisivo promover a conscientização dos jovens e mostrar a eles que o mundo do qual participam possui a dimensão do “trabalho” como tema central de embate entre aqueles que possuem os meios de produção e àqueles que empregam sua força de trabalho. Entretanto, o papel destes intelectuais é mínimo comparado às forças a serem movidas pelos sujeitos em formação para terem a efetiva conscientização dos elementos que regem suas vidas. Freud comenta que ninguém governa ninguém, é preciso haver o desejo nos sujeitos para serem vassalos.

Referências

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BRASIL. **Proposta apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)**. 2009. Disponível em: <<http://www.enem.inep.gov.br/enem>>. Acesso em: 01 out. 2010.

_____. LEI No. 9.131, de 24 de nov. de 1995. Diário Oficial da União. 25 de nov. de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 01 out. 2010.

_____. REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096>. Acesso em: 01 de out. 2010.

_____. PROUNI. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

5 Termo do grego. *idiôtês*, ou ‘indivíduo particular’ (em oposição a homem do Estado), cidadão plebeu; ignorante, sem educação (Houaiss).

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.24, n. 82, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: RICARDO, Antunes (Org.). **A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HADDAD, Fernando. **Fim do Vestibular**. Jornal O Globo. Entrevista concedida ao repórter Demétrio Weber. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/>>. Acesso em: 01 out. 2010.

JORNAL DA UFMA ESPECIAL, 2009. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/IZABELGALM/jornal-da-ufma-especial>>. Acesso em: 01 out. 2010.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. [S.l.: s.n].

LOMBARDI, Claudinei; SAVIANI, Demerval (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2002.

MÉSZÁRIOS, István. **A Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1996.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.